Nota Técnica

ACESSÃO À OCDE: EXPERIÊNCIAS RECENTES E SEUS EFEITOS SOBRE INVESTIMENTO, COMÉRCIO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ignácio Tavares de Araújo Júnior

Nº 49

Dinte
Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Abril de 2022

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Erik Alencar de Figueiredo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
André Reis Diniz

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2022

EQUIPE TÉCNICA

Ignácio Tavares de Araújo Júnior
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail*: <ignacio.tavares@gmail.com>.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte49

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5

2 OS PAÍSES DA OCDE E OS CANDIDATOS À ACESSÃO 6

3 ACESSÃO À OCDE E SEUS EFEITOS 10

4 CONCLUSÕES 25

REFERÊNCIAS 26

1 INTRODUÇÃO

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um organismo internacional que busca promover prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar, mantendo a estabilidade financeira, ao mesmo tempo que contribui para a expansão do comércio mundial de maneira multilateral e não discriminatória (OECD, 2019). Os países-membros da organização são comprometidos com a adoção de instrumentos que são recomendações de política, muitas delas baseadas em evidências, abrangendo diversas áreas, como educação e meio-ambiente, de forma a uniformizar condutas, políticas nacionais e trocas de informações (Thorstensen e Gullo, 2018).

Atualmente, a OCDE conta com 37 países-membros, dos quais Chile, México e Colômbia são da América Latina. Esse último país teve sua acessão à OCDE concluída em abril de 2020. A Costa Rica é outro país latino-americano que negocia sua entrada na OCDE desde 2015. Existem ainda os chamados países parceiros-chave da OCDE que aderem a instrumentos da organização, participam de discussões de políticas nos comitês, participam de pesquisas regulares da OCDE e são incluídos em bancos de dados estatísticos da OCDE. Esses países são: Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

A relação do Brasil com a OCDE iniciou em 1996, quando o país ingressou no Comitê do Aço da organização. Em anos posteriores, o Brasil aderiu a instrumentos importantes da OCDE, como a Convenção Anticorrupção (Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions) e a Recomendação do Conselho contra Cartéis (Recommendation concerning Effective Action against Hard Core Cartels). Como destaca relatório da Confederação Nacional da Industria (CNI), atualmente, o Brasil é o país não membro da OCDE com maior grau de adesão aos instrumentos normativos e que participa do maior número de comitês da organização (CNI, 2018). Em 2017, o governo federal brasileiro solicitou formalmente o seu ingresso na OCDE, um passo importante para o país aproximar suas regulamentações para os setores público e privado de instrumentos da OCDE já adotados em países desenvolvidos.

Assim como ocorreu com outros países, a aprovação do Brasil na OCDE seguirá um roteiro pré-definido, o qual guiará a estrutura da negociação da entrada do país na organização. Para se tornar membro da OCDE, o país deverá se posicionar em relação a todos os instrumentos vigentes no grupo antes de sua adesão e também a quaisquer novos instrumentos que possam ser adotados até o momento de sua acessão. O mesmo roteiro também provê o meio através do qual os membros da OCDE avaliam em que medida o país irá assumir as obrigações da organização. Em alguns casos, os países candidatos podem apresentar reservas a alguns instrumentos que devem ser devidamente justificadas. Por exemplo, Chile, Israel, Estônia e Eslovênia, em seus processos de entrada, apresentaram reservas aos instrumentos do tema *matéria tributária*. Essas reservas podem ser resultado da conciliação do texto da Convenção do Modelo de Tributação Sobre a Renda e o Capital da OCDE (Model Tax Convention on Income and on Capital) às normas tributárias locais.

Porém, em alguns casos, são necessárias reformas mais profundas para o ingresso na organização. Morandé e Díaz (2010) mostram que, para concluir a acessão no Chile, foram necessárias algumas reformas legislativas. A primeira delas foi a modernização administrativa na Corporación Nacional del Cobre de Chile (Codelco), empresa estatal de mineração de cobre, com o propósito de aderir a padrões internacionais de gestão de empresas públicas, como a exigência de diretores independentes, cujo mandado na direção da empresa é maior que a duração do governo no poder. Outra reforma diz respeito às empresas privadas, que, após a reforma legislativa exigida na acessão, ficaram proibidas de realizar transações com ações quando tiverem informações privilegiadas. Houve também mudanças na legislação sobre a responsabilidade penal das pessoas jurídicas, que serão responsabilizadas por suborno, financiamento do terrorismo e lavagem de dinheiro, caso esses crimes sejam demonstrados judicialmente. Por fim, foram implementadas mudanças na lei sobre o acesso a informações fiscais que permitem, por exemplo, às autoridades fiscais chilenas terem acesso a todas as informações bancárias existentes, mediante uma ordem judicial.

Mudanças como aquelas implementadas no Chile para o ingresso na OCDE têm o propósito de contribuir para a promoção da convergência das normas e condutas dos setores público e privado para os padrões da OCDE, tornando os países recém-aceitos na organização mais semelhantes, do ponto de vista institucional, aos demais países do grupo. De acordo com Davis (2016), um dos principais canais por meio dos quais a acessão à OCDE pode impactar o contexto econômico local é justamente a melhoria institucional do país, em razão dos compromissos firmados com os parceiros do grupo na aceitação de seus instrumentos e do já consolidado *status* institucional dos membros da organização. Na mesma direção, para Dreher e Voigt (2011), fazer parte de organizações internacionais tem o potencial de impactar positivamente o crescimento econômico, a renda, os investimentos externos, a taxa de juros e a produtividade total dos fatores. Segundo os autores, esses impactos são derivados da maior credibilidade e da sinalização do compromisso com os direitos de propriedade alcançados após a acessão.

Na literatura, já estão consolidados resultados importantes sobre o papel das instituições locais em aspectos como crescimento econômico e investimento estrangeiro direto – IED (Bénassy-Quéré, Coupet e Mayer, 2007). Há evidências também de que a entrada na organização tem efeitos relevantes sobre o comércio. No trabalho de Rose (2005) evidenciou-se que participar da OCDE está associado a um forte efeito positivo sobre o comércio, enquanto fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem impactos mais fracos. A justificativa para esse resultado, segundo De Groot, Linders e Rietveld (2005), tem a ver com o consequente fortalecimento institucional dos países que ingressam na organização, o qual é eficaz na defesa dos direitos de propriedade, diminuindo assim a insegurança do comércio internacional e, por conseguinte, reduzindo os custos de transação. Os autores também evidenciaram que a acessão resultou em aumento nos volumes de comércio e que as diferenças institucionais entre um membro da organização e um não membro explica os menores fluxos comerciais entre esses países. No entanto, segundo argumentam Voigt e Gutmann (2013), é improvável que a mera promessa de comprometimento com direitos de propriedade tenha efeito sobre o crescimento econômico, a menos que seja acompanhada de algum compromisso perceptível aos agentes privados de fazer valer esses direitos. Os autores evidenciam empiricamente que um sistema judiciário independente é interpretado como uma ferramenta que permite aos governos assumirem compromissos críveis para cumprir a lei. Resultado similar é encontrado por Voigt, Gutmann e Feld (2015). Dessa forma, a simples acessão à OCDE, apesar de implicar a aceitação dos instrumentos da organização, não seria suficiente para encorajar investimentos externos e estimular o crescimento econômico.

Para melhor compreender os potenciais efeitos e desafios da entrada do Brasil na OCDE, esse estudo visa estudar como indicadores econômicos de investimento, comércio exterior e crescimento econômico estão relacionados à acessão de países na organização. Além de observar a experiência de países que entraram no ano de 2010 na organização (Chile, Estônia, Eslovênia e Israel), serão estimados modelos econométricos para indicar em que medida melhorias no contexto econômico local podem decorrer da acessão. Dada a importância da aproximação institucional que, em tese, a entrada na organização ocasiona, será explorado como indicadores relacionados ao contexto institucional dos países, quando se tornam membros da OCDE, podem influenciar variáveis econômicas relevantes. Esses indicadores capturam aspectos relacionados a ambiente regulatório, Estado de direito, controle da corrupção e estabilidade política dos países.

Além dessa introdução, a seção 2 desse estudo ilustra as diferenças atuais entre países-membros e candidatos à entrada na organização. A seção 3 explora dados sobre o contexto institucional, IED, comércio exterior e produto interno bruto (PIB) *per capita* dos quatro países que ingressaram na OCDE em 2010. Na mesma seção são conduzidos exercícios econométricos com o intuito de investigar como IED, comércio externo e crescimento econômico podem estar relacionados com a acessão à organização. Por fim, a seção 4 apresenta algumas conclusões deste estudo.

2 OS PAÍSES DA OCDE E OS CANDIDATOS À ACESSÃO

É comum encontrar em publicações, sejam científicas ou jornalísticas, a designação de clube de países ricos para a OCDE, devido às diferenças no padrão de desenvolvimento da maior parte dos seus membros ante o restante dos países não membros. Há mesmo menções na literatura conjecturas sobre a possibilidade dos candidatos a entrar na OCDE serem positivamente selecionados: os países de renda mais elevada têm mais chances de entrar na organização (Davis, 2016).

Para melhor caracterizar essas diferenças, na tabela 1, estão reportados alguns dados dos países-membros da OCDE e também do Brasil e da Costa Rica, países que estão pleiteando o acesso à organização. Inicialmente, nota-se expressiva diferença entre o PIB *per capita* dos países da América Latina e dos membros da OCDE. O PIB *per capita* médio dos países latino-americanos é próximo de um terço do observado nos países-membros. Mesmo o México, que é membro da organização desde 1994, possui PIB *per capita* inferior à metade da média da OCDE. A Costa Rica, que vem negociando sua acessão à organização desde 2015, apresenta PIB *per capita* e indicadores de capital humano consideravelmente inferiores à média dos países da organização. Nota-se que a Colômbia, país recentemente aceito na organização, possui PIB *per capita* similar ao do Brasil. Porém, no quesito educação, o Brasil perde para Colômbia e Costa Rica, de acordo com o índice de capital humano apresentado. O Brasil também fica atrás desses países no grau de abertura da economia, mensurada pela participação do comércio no PIB. Por fim, o Brasil fica à frente apenas da Grécia no indicador de poupança, que sinaliza a disponibilidade de recursos para investimentos. Apesar do Chile ter PIB *per capita* consideravelmente maior que a média da América Latina, o país está em um patamar inferior de desenvolvimento quando comparado com os outros países que entraram na OCDE em 2010, quando se analisa também o indicador de capital humano. Nota-se que Israel e Eslovênia apresentam PIB *per capita* próximo da média dos países-membros, assim como o indicador de capital humano.

TABELA 1

Indicadores econômicos selecionados de países da América Latina e da OCDE

Países	PIB *per capita* 2018 (2017 US$/PPC)	Índice de capital humano	Participação do comércio no PIB 2017 (%)	Taxa de poupança 2017 (% do PIB)
Mundo	16.645		59,4	25,3
OCDE	44.185	0,75	58,2	22,5
América Latina	16.343		47,3	18,5
Brasil	14.596	0,56	29,4	15,2
Costa Rica	19.427	0,62	66,7	19,9
Alemanha	53.660		88,7	28,0
Austrália	49.576	0,80	43,2	24,9
Áustria	55.687	0,79	107,8	28,9
Bélgica	51.246	0,76	165,4	25,3
Canadá	48.924	0,80	66,1	21,1
Chile	24.259	0,67	57,4	22,1
Colômbia	14.456	0,59	36,6	16,6
Coreia do Sul	41.894	0,85	78,7	35,9
Dinamarca	56.103	0,77	105,2	29,0
Eslovênia	38.022	0,79	160,8	29,8
Espanha	40.329	0,74	67,5	23,1
Estados Unidos	61.544	0,76	27,5	17,9
Estônia	35.308	0,75	145,0	30,7
Finlândia	48.191	0,81	78,2	24,2
França	45.561	0,77	64,5	22,8
Grécia	29.712	0,68	72,5	12,9
Hungria	31.073	0,70	165,5	31,6
Irlanda	83.471	0,81	211,5	57,1
Islândia	56.158	0,74	92,0	25,0
Israel	39.543	0,76	58,5	22,2
Itália	42.198	0,77	60,5	20,7
Japão	41.074	0,84	36,8	24,6
Letônia	29.942	0,72	123,2	22,9
Lituânia	35.390	0,71	149,3	21,7
Luxemburgo	114.110	0,69	387,1	53,6
México	19.992	0,61	80,4	23,6
Noruega	63.333	0,77	71,1	33,2
Nova Zelândia	42.635	0,77	55,9	24,1
Países Baixos	56.455	0,80	157,7	31,6
Turquia	28.299	0,63	60,2	28,5
Polônia	31.766	0,75	107,5	24,1
Portugal	34.013	0,78	87,0	18,5
Reino Unido	46.310	0,78	62,6	16,0
República Checa	39.453	0,78	150,5	32,7
Eslováquia	32.067	0,69	190,4	25,2
Suécia	53.146	0,80	89,1	28,2
Suíça	68.479	0,77	120,0	34,9

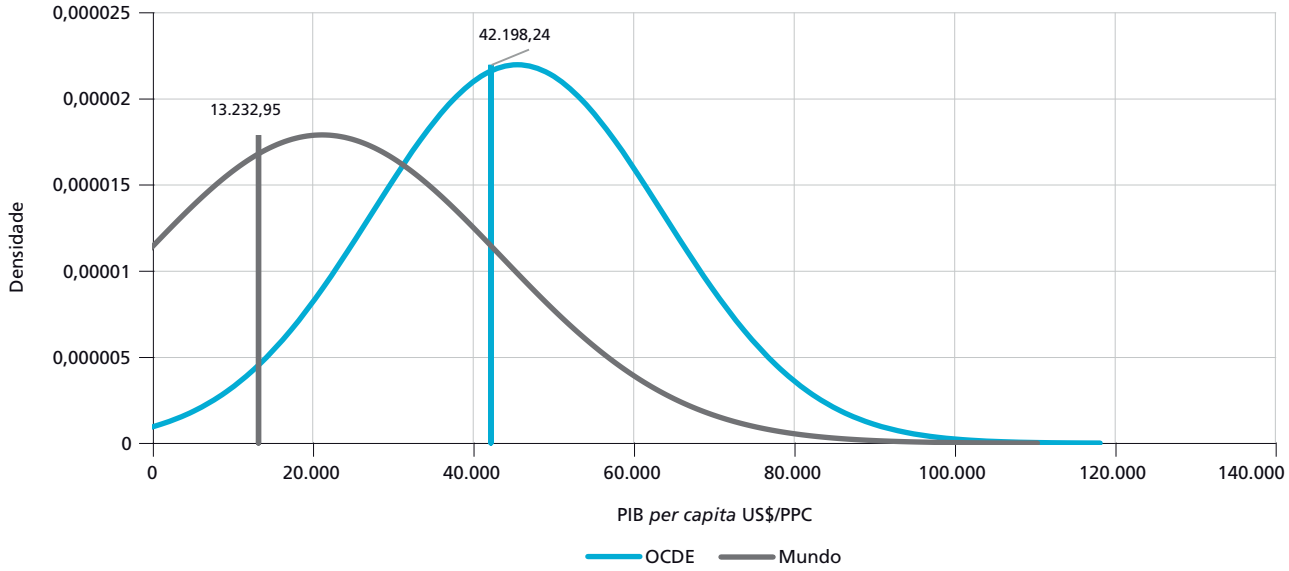
Fonte: World Development Indicators (WDI)/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/3Ls9Bec>. Acesso em: 30 jun. 2020.
Elaboração do autor.
Obs.: PPC = paridade do poder de compra.

A figura 1 ilustra bem a diferença de PIB *per capita* para o ano de 2018, mensurado em PPC com base em 2017, entre os países-membros da OCDE e o mundo. No painel A da figura 1, os dados mundiais revelam uma distribuição de PIB *per capita* assimétrica à esquerda, cuja mediana é US$ 13.233, indicando, portanto, uma maior frequência relativa de países de renda baixa. Entre os países da OCDE, a renda mediana é US$ 42.198, quase quatro vezes maior que a mediana mundial, havendo nesse grupo uma elevada frequência relativa de países de ricos, um resultado já visível na tabela 1. No painel B da figura 1, faz-se um exercício de comparação estimando-se qual seria a distribuição de PIB *per capita* se a OCDE fosse composta apenas pelos países da Europa Ocidental, da Oceania, Japão, Canadá e Estados Unidos que originalmente compunham a organização até a década de 1970. Se a OCDE tivesse mantido sua composição original, o PIB *per capita* mediano da organização seria aproximadamente 20% maior que a mediana da composição atual. Tal resultado indica que, apesar da organização concentrar países ricos, ela tem permitido a entrada de países menos desenvolvidos nas últimas décadas, a exemplo da Colômbia, tornando a composição da OCDE mais diversificada que nos seus anos inicias. Apesar de se tornar mais heterogêneo em sua composição quando se olha para o padrão de renda dos países, é esperado que a acessão de novos países preserve os valores fundamentais supostamente comuns a todos os países da organização. Segundo a OCDE (OECD, 2007a), esses valores envolvem o compromisso com a democracia pluralista baseada no Estado de direito e no respeito aos direitos humanos, além da adesão aos princípios de uma economia de mercado aberta e transparente e do compromisso comum de desenvolvimento sustentável.

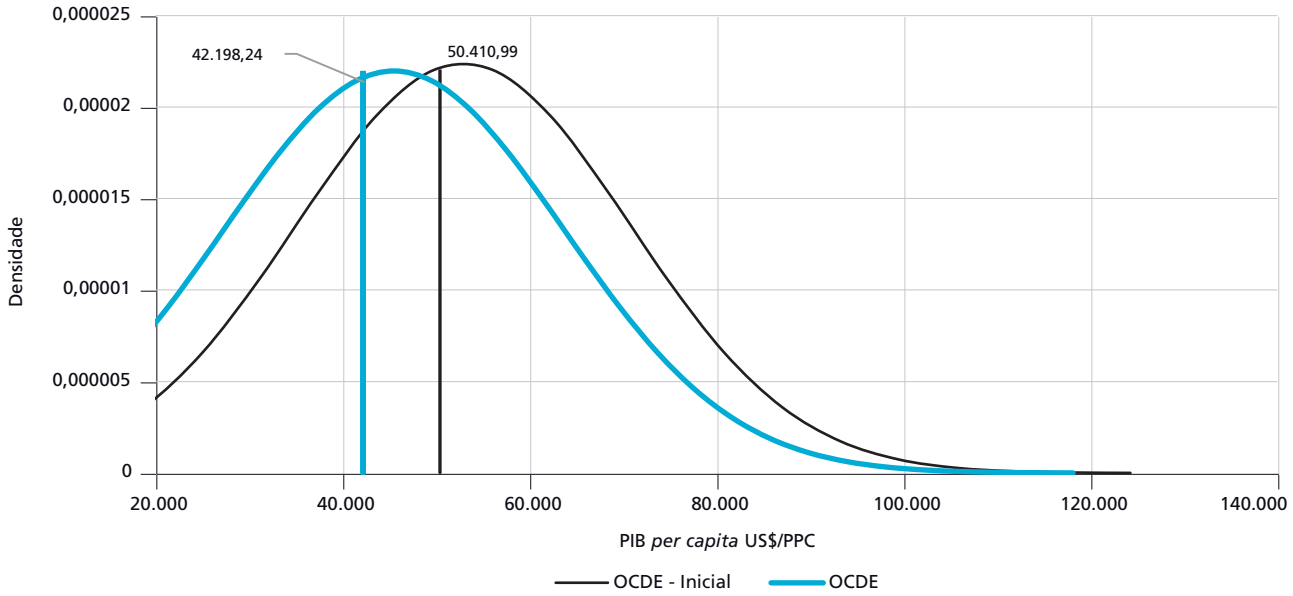
FIGURA 1

Distribuição do PIB *per capita* segundo grupos de países (2018)[1]

1A – OCDE e mundo



1B – OCDE inicial e OCDE



Fonte: WDI/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/3tQouAY>. Acesso em: 30 jun. 2020.
Elaboração do autor.
Nota: [1] 2017 US$/PPC.

Na tabela 2, são apresentados indicadores sobre governança[1] nos países da OCDE e nos países que serão avaliados. Esses indicadores variam de -2,5 a 2,5 e, quanto maiores, melhor é o contexto de governança no país. Com exceção do Chile, os dados revelam uma diferença importante entre os países latino-americanos e a média da OCDE. Os indicadores de corrupção e qualidade regulatória brasileiros estão bem distantes da média da OCDE. Para a Colômbia, destaca-se o indicador negativo para estabilidade política, violência/terrorismo, assim como ocorre em Israel, na Turquia e no México. Entre os países da OCDE, o México tem situação pior que a brasileira no indicador de corrupção e estabilidade política. Caso a entrada na OCDE contribua para a melhoria dos indicadores econômicos e de governança, certamente o Brasil tem bastante a ganhar com sua acessão. Portanto, a partir desses dados, pode-se afirmar que a organização vem aceitando países com contexto institucional mais frágil do que o observado nos seus países-membros mais antigos.

TABELA 2

Indicadores de governança de países da América Latina e da OCDE (2018)[1]

País	Controle da corrupção	Estabilidade política e ausência de violência/ terrorismo	Qualidade regulatória	Estado de direito
OCDE	1,140	0,595	1,259	1,190
Brasil	-0,420	-0,357	-0,313	-0,278
Costa Rica	0,552	0,486	0,479	0,479
Austrália	1,806	0,977	1,929	1,715
Áustria	1,596	0,918	1,545	1,876
Bélgica	1,510	0,412	1,234	1,368
Canadá	1,874	0,991	1,665	1,771
Chile	1,012	0,425	1,344	1,115
Colômbia	-0,301	-0,813	0,328	-0,408
República Checa	0,504	1,040	1,262	1,050
Dinamarca	2,148	0,959	1,677	1,833
Estônia	1,506	0,600	1,563	1,241
Finlândia	2,212	0,925	1,787	2,046
França	1,317	0,109	1,173	1,440
Alemanha	1,947	0,605	1,749	1,630
Grécia	-0,066	0,093	0,295	0,153
Hungria	0,053	0,755	0,602	0,555
Islândia	1,844	1,412	1,418	1,720
Irlanda	1,547	1,031	1,595	1,464
Israel	0,787	-0,932	1,247	0,994
Itália	0,236	0,311	0,671	0,247
Japão	1,425	1,060	1,329	1,534
Coreia do Sul	0,604	0,545	1,095	1,237
Letônia	0,329	0,422	1,190	0,957
Lituânia	0,498	0,753	1,113	0,957
Luxemburgo	2,088	1,373	1,757	1,811
México	-0,863	-0,572	0,151	-0,674
Países Baixos	2,009	0,868	2,018	1,816
Nova Zelândia	2,175	1,541	1,979	1,876
Noruega	2,090	1,154	1,758	1,966
Polônia	0,641	0,545	0,882	0,428

(Continua)

1. Segundo o Banco Mundial, a governança consiste nas tradições e instituições pelas quais a autoridade de um país é exercida.

(Continuação)

País	Controle da corrupção	Estabilidade política e ausência de violência/ terrorismo	Qualidade regulatória	Estado de direito
Portugal	0,850	1,140	0,890	1,141
Eslováquia	0,363	0,750	0,811	0,529
Eslovênia	0,870	0,911	0,695	1,059
Espanha	0,614	0,255	0,945	0,969
Suécia	2,140	0,914	1,800	1,896
Suíça	2,010	1,345	1,780	1,931
Turquia	-0,335	-1,329	-0,047	-0,319
Reino Unido	1,827	0,049	1,762	1,639
Estados Unidos	1,323	0,477	1,578	1,453

Fonte: World Governance Indicators (WGI)/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/3ISIB6M>. Acesso em: 30 jun. 2020.
Elaboração do autor.
Nota: [1] Os indicadores variam de -2,5 a 2,5 e, quanto maiores, melhor é o contexto de governança no país.

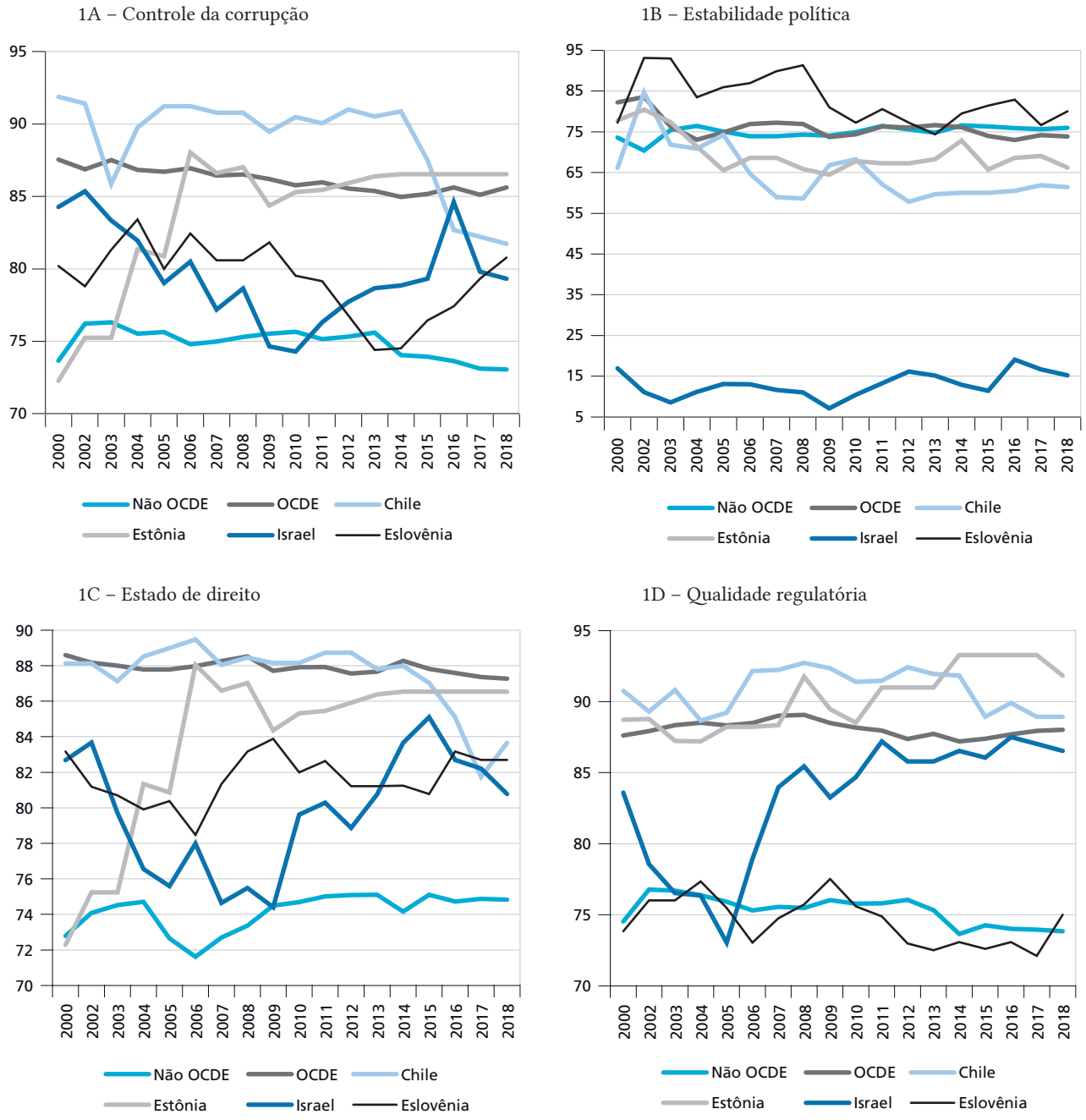
3 ACESSÃO À OCDE E SEUS EFEITOS

Nesta seção, serão apresentados alguns indicadores do Chile, da Eslovênia, da Estônia e de Israel, países que entraram na OCDE no mesmo ano (2010). Os indicadores escolhidos para análise são: indicadores de governança, IED, exportações e importações e PIB *per capita*. Por meio da inspeção de dados sobre esses indicadores antes e depois de 2010, tentar-se-á encontrar indícios de mudanças de tendência a partir desse ano, sugerindo algum efeito decorrente da acessão. Em seguida, serão estimados modelos econométricos com o propósito de investigar se o ingresso na OCDE teve algum impacto sobre o IED, o comércio exterior e o PIB *per capita* dos países recentemente aceitos. A sequência desses estudos econométricos é inicialmente estudar se, em razão do ingresso na organização, o país passou a receber mais IED de países-membros e não membros da organização. Em seguida, será avaliado se os países que entraram na OCDE passaram a ter mais relações comerciais com o bloco e com o resto mundo, como já foi evidenciado por Rose (2005) e De Groot, Linders e Rietveld (2005). Por fim, será estimado um modelo para estudar determinantes do crescimento do PIB *per capita*, entre eles a acessão à OCDE, para, ao menos, buscar indícios de uma relação causal entre o crescimento econômico e a entrada no grupo.

3.1 Indicadores de governança

Uma das principais expectativas após o ingresso na OCDE é a melhoria no contexto institucional do país recém-aceito. Com o propósito de encontrar indícios desse resultado esperado, a figura 2 apresenta dados sobre os indicadores de governança no Chile, na Estônia, na Eslovênia e em Israel entre 2000 e 2018. Esses indicadores pertencem à base de dados WGI, mantida pelo Banco Mundial. São apresentados ainda dados dos indicadores para a OCDE e para os países de renda elevada que não fazem parte da organização. Os dados se referem à classificação percentil, que varia de 0 a 100 e indica a posição do país no indicador de governança em questão. Quanto mais próximo de 100, melhor é a posição do país no *ranking* do indicador entre os países abrangidos pela pesquisa do WGI. Os indicadores de governança na OCDE são notavelmente superiores aos dos países não membros em três dos quatro indicadores apresentados. Na dimensão *estabilidade política*, que envolve também violência/terrorismo, a partir de 2005 nota-se uma semelhança entre os países-membros e não membros. No Chile, em todos os indicadores há uma piora em anos posteriores a 2010, notadamente no indicador de *controle de corrupção*, em que o país saiu do percentil 90 para o percentil 82 após a acessão. Na Estônia são visíveis os avanços nos indicadores de controle da corrupção e qualidade regulatória, situando-se acima da média da OCDE nos dois casos. Israel também apresentou melhorias expressivas no controle da corrupção e na dimensão Estado de direito. No indicador de *qualidade regulatória*, Israel vem apresentando avanços desde 2005 que parecem consolidados a partir de 2010. No quesito *estabilidade política*, apesar da pequena melhoria após 2015, o país ainda apresenta uma situação muito abaixo dos países analisados, provavelmente em razão de instabilidades nos indicadores de violência/terrorismo. A Eslovênia não apresenta tendências claras nos indicadores analisados. Chama a atenção a similaridade do país com os não participantes da organização no item qualidade regulatória, mesmo após a acessão. Na dimensão estabilidade política, mesmo antes de se tornar membro, o país tinha indicador próximo ao da OCDE.

FIGURA 2
Indicadores de governança para os países recém-aceitos na OCDE (2000-2018)
(Em %)



Fonte: WGI/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/3ISIB6M>.
Elaboração do autor.

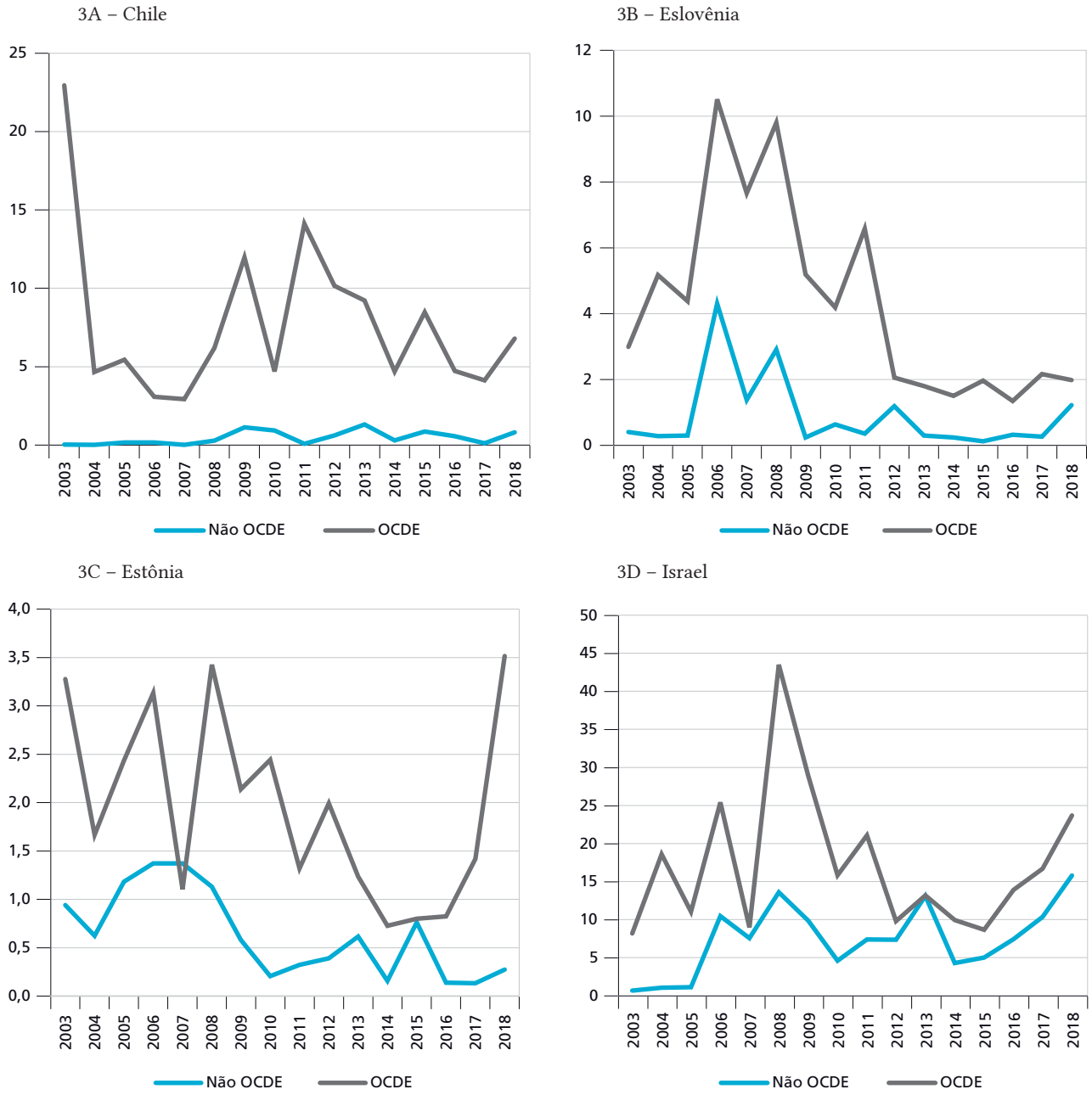
3.2 Investimento estrangeiro direto

A partir de dados da plataforma privada FDI Markets, é possível analisar a origem de *greenfield investments* para os países em análise entre 2003 e 2018, que é o IED destinado à abertura de novas empresas ou à expansão de atividades já existentes. Como mostram os dados da figura 3, em todos os países analisados, a principal fonte de IED são os países da OCDE. No Chile, após uma queda brusca no início dos anos 2000, o IED originado da OCDE voltou a crescer a partir de 2007 e, nos últimos anos, tem oscilado em torno de US$ 5 bilhões anuais. Na Eslovênia, nota-se que o IED total sofreu uma importante redução, permanecendo em um patamar bem inferior ao observado antes de 2010. Na Estônia, o IED apresentou uma tendência de queda até 2015, a partir de quando os fluxos vindos dos países da OCDE voltaram a crescer. Em Israel, percebe-se após 2012, que o IED apresenta tendência ascendente, tanto o originário da OCDE como o de outros países.

FIGURA 3

IED *greenfield* nos países recém-aceitos na OCDE

(Em US$ 1 milhão)



Fonte: FDI Markets. Disponível em: <https://www.fdimarkets.com>
Elaboração do autor.

Os dados apresentados na figura 3 não são claramente sugestivos a respeito de um possível impacto positivo da acessão sobre o IED, uma vez que outros fatores, como a crise econômica mundial, podem ter influenciado parte das trajetórias de investimento externo nesses países. Dessa forma, será realizado um estudo econométrico para melhor controlar esses e outros fatores para, então, estimar um efeito da acessão sobre o IDE. O estudo sobre como a entrada na OCDE afetou o IED dos países, será realizado estimando-se um modelo gravitacional para IED representado pela equação 1.

$$IED_{ijt} = \beta_0 + \beta_1(PIB_{it} \cdot PIB_{jt}) + \delta \cdot ocde_{it} + \sum_{k=3}^{n} \beta_k X_{kjt} + \alpha_i + \gamma_j + \omega_{ij} + u_{ijt}, \quad (1)$$

em que, IED é uma variável representando o valor do estoque de IED do país *i* (país de origem do IED) para o país *j* (destino do IED) nos países analisados. O efeito da entrada na OCDE sobre o IED será estimado incluindo uma variável dummy $ocde_{it,}$ que é igual a 1 se o país *i* ingressou na OCDE no ano *t* e a zero caso contrário. Essa variável será igual a

1 para Chile, Israel, Estônia e Eslovênia[2] a partir de 2010 em diante. Nessa análise, será incluída também a Letônia, e para esse país a variável $ocde_{it}$ será igual a 1 a partir de 2016. Outros países que são membros e não membros da OCDE foram incluídos na amostra. Os demais regressores da equação 1 tentam levar em conta as variáveis com as quais o IED está relacionado. Entre elas está a variável gravitacional, que representa os tamanhos dos países de origem e destino do IED, aqui medida pelo PIB real de cada país. No vetor *X*, estão incluídos *n* regressores do país de destino do investimento que tradicionalmente compõem as equações de investimento, tais como taxa bilateral de câmbio, grau de abertura comercial e indicadores de similaridade de tamanho das economias, de dotação de fatores e de capital humano, de acordo como Mistura e Roulet (2019).

Na equação 1, é incluída uma *dummy* que é igual a 1 se o país *i* ingressou na OCDE e se o país emissor de IED também pertence à OCDE (*OECDi* e *OECDj*). Por fim, foram incluídas variáveis de interação entre as *dummies* indicativas de participação na OCDE e as variáveis de governança analisadas ao longo desse estudo. As variáveis de governança sozinhas indicam se países com melhor contexto institucional recebem mais IED e a interação dessas variáveis com a *dummy OCDEi* e *OCDEj* indicará se países com boa qualidade institucional e recém-aceitos na OCDE recebem mais IED de países da organização que os demais.

Na estimação da equação 1, são levados em conta efeitos fixos dos países de origem do IED (α_i), dos países de destino (γ_j) e dos pares de países (ω_{ij}). Os efeitos fixos dos países têm como objetivo captar o possível efeito de variáveis omitidas observáveis e não observáveis de cada país que são invariantes no tempo e que poderiam explicar a decisão de realizar o IED. Considerando o efeito fixo dos pares, os resultados da estimativa dos parâmetros da equação 1 não são afetados por fatores fixos no tempo característicos dos pares de países, tais como ter o mesmo idioma, fazer fronteira, distância e estar na mesma área de livre comércio.

A fonte de dados para o IED provém do FDI Markets, que disponibiliza os fluxos anuais bilaterais de IED entre diversos países do mundo. O IED nessa base de dados representa os chamados *greenfield investments*. Os dados sobre PIB dos países de origem e destino do IED, taxa de crescimento do PIB, taxa de câmbio e grau de abertura comercial foram obtidos na base WDI, do Banco Mundial. Dados sobre estoque de capital, índice de capital humano e número de trabalhadores foram coletados nos dados da Penn World Tables. O indicador de qualidade regulatória foi obtido nos dados do WGI, do Banco Mundial. A taxa de inflação nos países de destino do IED foi obtida no World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI). As variáveis independentes que irão compor a equação 1 foram defasadas de um período para reduzir a possibilidade de endogeneidade na estimação. Após combinar esses dados em uma única base, para a estimação da equação 1, o período de análise ficou restrito ao intervalo de 2004 a 2018. No entanto, na estimação, foram considerados cinco períodos separados por três anos iniciando em 2005 e terminando em 2017, como recomendam Yotov *et al.* (2016).

Na estimação da equação 1 será utilizando o método Poisson Pseudo Maximum Likelihood (PPML), conforme recomendam Santos Silva e Tenreyro (2006). Os autores ainda destacam que, na presença de heterocedasticidade, os erros também transformados são correlacionados com as covariadas, resultando em estimadores inconsistentes para os parâmetros do modelo gravitacional, mesmo considerando a presença de efeitos fixos dos países de origem e destino dos investimentos. Na estimação do modelo, os erros-padrão estão agrupados (*clusterisados*) conforme os pares de países, porque nesse tipo de análise pode haver uma alta persistência do nível do estoque de IED dentro de cada par de países ao longo do tempo, conforme sugere Fournier (2015).

3.2.1 Análise dos resultados

A tabela 3 reporta os resultados da estimação da equação 1. De acordo com os parâmetros estimados para o modelo 1 (sem a inclusão da variável *dummy* para OCDE), percebe-se que os tamanhos das economias são relevantes para explicar os fluxos de IED. Observa-se ainda que o grau de abertura comercial contribui para o recebimento de IED. De acordo com os resultados, o IED está positivamente relacionado à semelhança econômica entre os países de origem e destino do investimento. A estimativa para o parâmetro da variável de inflação indica que países com maior instabilidade de preços recebem menos IED. Os resultados mostram ainda que a valorização cambial do país *i* com relação ao país *j* tem efeito negativo no IED. O parâmetro estimado para a variável *dummy* que indica a participação do país de destino do IED na OCDE é positivo e estatisticamente significante e mostra que há um aumento no estoque IED nesses países quando estes ingressam na organização, levando-se em conta as variáveis independentes e efeitos fixos considerados. No modelo 3, explora-se se a acessão fez o país receber mais IED dos países da OCDE através da inclusão da *dummy OECDi e OECDj*. O resultado encontrado indica que há um aumento no IED originado de países da OCDE após a acessão. Esse último resultado já era esperado, uma vez que a maior parte dos investimentos recebidos pelos países que

2. O México não foi incluído na análise, pois o país entrou na OCDE em 1994.

entraram na organização se origina da própria OCDE. Nos três modelos foi realizado o teste Reset e seus respectivos *p-values* indicam suportam a hipótese para ausência de erro de especificação no modelo.

TABELA 3
Resultados da estimação da equação 1

Variáveis	Modelos		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
PIB*i* x PIB*j*	0.9003***	0.8938***	0.8945***
Abertura comercial	0.6350***	0.6692***	0.6709***
Dissimilaridade econômica	-0.6272***	-0.6346***	-0.6357***
Dissimilaridade de capital humano	0.4743	0.4734	0.4744
Dissimilaridade de dotação de fatores	0.1436	0.1482	0.1484
Inflação	-0.3475***	-0.3411***	-0.3416***
Taxa de câmbio	-0.3865***	-0.3913***	-0.3894***
OECD*i*		0.6121***	
OECD*i* e OECD*j*			0.6338***
Constante	-20.3073***	-20.2989***	-20.3225***
N	13604	13604	13604
R2	0.9465	0.9469	0.9469
Reset test (Prob > chi2)	0.4002	0.4186	0.3431

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

Nos modelos de 4 a 7, são incluídas variáveis de governança e os resultados estão reportados na tabela 4. No modelo 4, o resultado para a variável de interação da *dummy* sugere que o efeito da qualidade regulatória sobre o IED só ocorre quando o país ingressa na organização. Ou seja, nos países que entraram na OCDE, uma melhoria na qualidade regulatória tem impacto no IED a partir do momento em que o país entra na organização. No modelo 5, é evidenciado que uma melhoria no indicador de Estado de direito tem efeito positivo no IED e esse efeito é maior entre os países que entraram na OCDE. Países com maior estabilidade política também recebem mais IED, de acordo com o modelo 6 e entre os países que foram incorporados na OCDE esse efeito é maior. Com relação ao controle da corrupção, nota-se que países melhor ranqueados nesse indicador recebem menos IED, um resultado não esperado e precisa ser melhor investigado para entender suas causas.[3] Porém, para os países que se tornaram membros da OCDE, o efeito desse indicador é positivo, como sugere o resultado da variável de interação.

TABELA 4
Resultados da estimação da equação 1 incluindo as variáveis de governança

Variáveis	Modelos			
	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
PIB*i* x PIB*j*	0,9177***	0,8587***	0,8175***	0,9071***
Abertura comercial	0,7444***	0,9887***	0,8905***	0,6992***
Similaridade econômica	-0,5096***	-0,5665***	-0,4812***	-0,4780***
Dissimilaridade de capital humano	0,3759	0,1633	0,0456	0,4522
Dissimilaridade de dotação de fatores	0,0682	0,1647	0,0724	0,0529
Inflação	-0,3526***	-0,3121***	-0,3335***	-0,3546***
Taxa de câmbio	-0,3853***	-0,3339***	-0,3857***	-0,4150***
OECD*i* e OECD*j* *x* Estado de direito	0,2283***			
Qualidade Regulatória	-0,3557			
OECD*i* e OECD*j* *x* Estado de direito		0,2441***		

(Continua)

3. O mesmo resultado persiste estimando o modelo com diferentes intervalos.

(Continuação)

Variáveis	Modelos			
	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
Estado de Direito		1,5450***		
OECD*i* e OECD*j* *x* estabilidade política			0,2264***	
Estabilidade política			0,7813***	
OECD*i* e OECD*j* *x* controle da corrupção				0,2625***
Controle da corrupção				-1,0476***
Constante	-21,3430***	-22,8490***	-19,9916	-20,2392***
N	13369	13369	13369	13369
R2	0,9491	0,9506	0,9517	0,9495
Reset test (Prob > chi2)	0,1087	0,2853	0,5329	0,5544

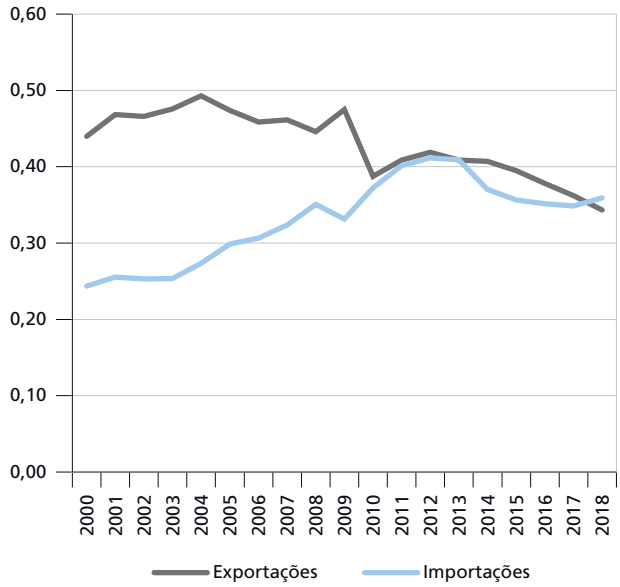
Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

3.3 Comércio exterior

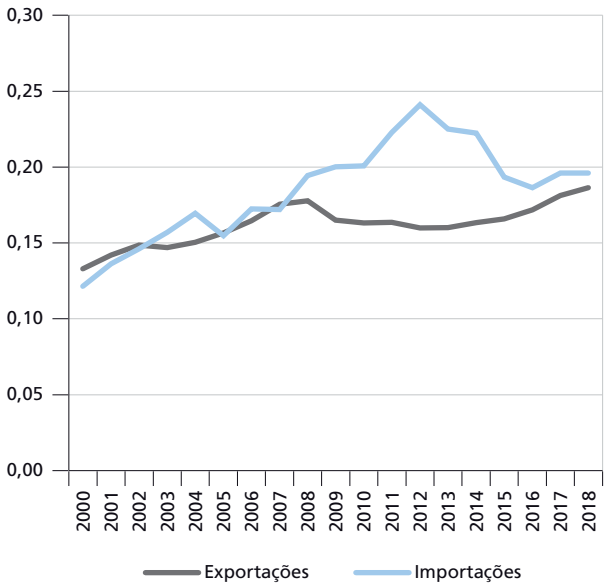
Com relação aos efeitos da acessão sobre o comércio, a figura 4 apresenta dados da participação das exportações e importações no comércio mundial nos quatros países destacados. Aparentemente, os países não ganharam espaço no comércio internacional em razão da entrada na OCDE. Por um lado, o Chile tem suas exportações muito atreladas aos preços das *commodities* metálicas, como o cobre, cujo preço esteve muito volátil no período. Independentemente da entrada na OCDE, o país experimentou uma redução no peso de suas exportações no total mundial. Por outro lado, alguns países já apresentavam trajetória crescente para essa participação mesmo antes de 2010. A Estônia teve uma expressiva perda nos anos da crise mundial de 2008/2009, mas conseguiu retornar a sua tendência de crescimento das exportações. Israel manteve essa participação próximo a 0,4% durante todo o período considerado.

FIGURA 4
Participação das exportações e importações no total mundial
(Em %)

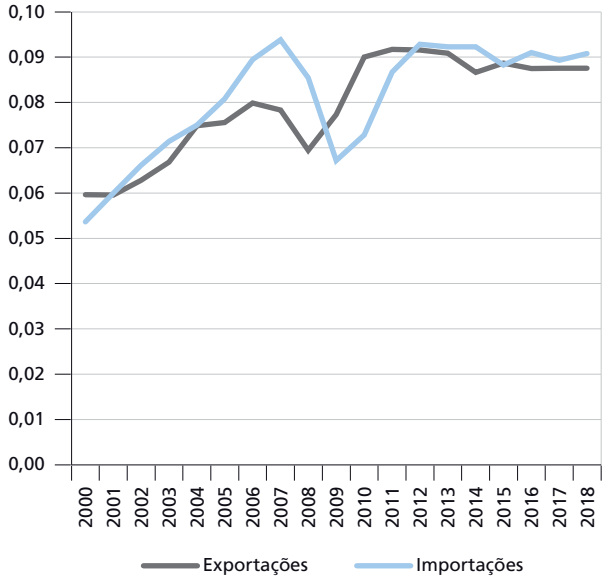
4A – Chile



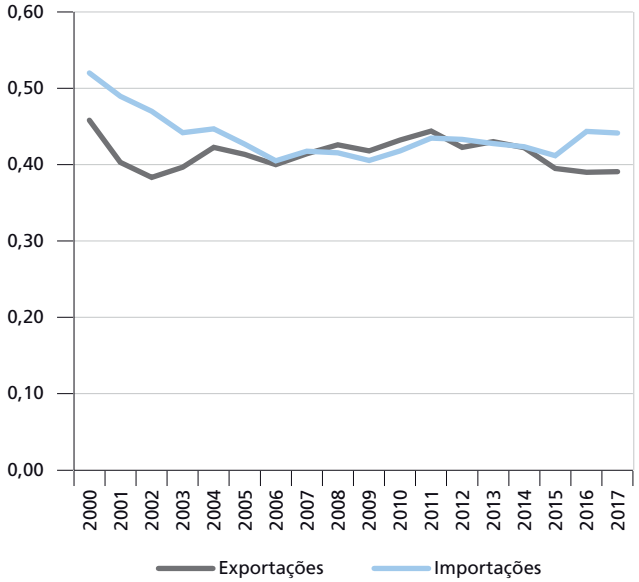
4B – Eslovênia



4C – Estônia



4D – Israel



Fonte: WDI/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/3tR4UVm>.
Elaboração do autor.

Observando o comércio desses quatro países com os países da OCDE, nota-se que estes eram importantes parceiros comerciais mesmo antes de 2010, tornando os efeitos da acessão menos evidentes na inspeção visual da figura 5. Os dados sugerem que a participação do comércio do Chile com os países da organização, por exemplo, vem caindo gradativamente nos últimos anos, não havendo um aparente efeito da entrada do país na organização. A Eslovênia, após 2010, manteve a participação das exportações para a OCDE no seu comércio total praticamente estável, próxima a 75%. Estônia e Israel não apresentam tendência clara para a participação do comércio com os países-membros da organização.

FIGURA 5

Participação da OCDE nas exportações e importações dos países em análise

(Em %)

Fonte: UN Trade Statistics. Disponível em: <https://bit.ly/3Nro5gd>.
Elaboração do autor.

A análise econométrica sobre o papel da acessão na OCDE na dinâmica do comércio com outros países será conduzida estimando-se equações para exportações e importações. Como base teórica para essa estimação, pressupõe-se que os bens são diferenciados por sua origem e sua oferta é perfeitamente elástica. Portanto, as exportações (reais) entre dois países são definidas apenas pela demanda por esses bens no mercado destinatário. A demanda por exportações depende da renda dos importadores e do preço relativo entre as mercadorias do exportador e as mercadorias no país destinatário. Dessa forma, a equação de exportações que será estimada terá o seguinte formato:

$$EXP_{it} = \beta_0 + \beta_1 PR_{it} + \beta_2 ABS_AG_t + \beta_3 ABS_{it} + \beta_4 PRW + \gamma OCDE_{it} + \delta \cdot T + \theta_i + \varepsilon_{it}. \quad (2)$$

Na equação 2, a variável EXP_{it} representa as exportações, em termos reais, do país i no ano t para OCDE. A variável *PR* é a medida de preços relativos e representa a razão entre os deflatores das exportações dos países da amostra e da média da OCDE. A variável *PRW* indica o preço das exportações dos países da amostra em termos do preço das exportações mundiais. Espera-se que β_1 tenha sinal negativo, havendo menor procura por produtos exportados que

ficaram relativamente mais caros do que os produzidos domesticamente nos países da OCDE. Para o parâmetro β_4 é esperado sinal positivo, indicando que o país de origem destine suas exportações para o local que apresenta maiores preços, comparado com os da OCDE. Além dos preços relativos, foram incluídos a absorção doméstica[4] do país *i* no ano *t* e a absorção agregada dos países da OCDE, representado pela variável ABS_AG_t. O efeito da acessão à OCDE sobre as exportações para países do grupo e para o mundo será capturada através da variável $OCDE_{it}$, que é uma variável *dummy* igual a 1 caso o país ingresse na OCDE no ano *t*, da mesma forma como foi definindo no modelo de investimento da seção 2. Caso contrário, a variável é igual a zero. No modelo foram incluídas variáveis *dummy* de tempo, para considerar possíveis efeitos da crise mundial ocorrida em 2008. O termo θ_i é um efeito fixo do país invariante no tempo e o termo ε_{it} é um componente estocástico supostamente *iid*. Em uma outra versão da equação 2, será verificado se a acessão à OCDE elevou o total das exportações dos países recém-admitidos. A equação 2 será modificada utilizando o total das exportações reais de uma amostra de países como variável dependente. A variável *PIB_AG* se refere ao PIB mundial e a variável *PRW* será a medida de preço relativo, indicando o preço das exportações do país *i* em termos do preço das exportações mundiais. Espera-se uma redução nas exportações do país *i* à medida que seus preços aumentem com relação aos preços mundiais.

O modelo para importações é similar ao empregado para as exportações. A variável dependente representa as importações reais do país i originadas da OCDE ou do resto do mundo no ano *t*. A medida de preço relativo (*PREit*) representa a razão entre o preço das importações e os preços domésticos do país *i*. Se as importações ficam mais caras do que os produtos domésticos, espera-se que as importações diminuam (β_1 <0). O efeito da OCDE sobre as importações originadas da organização é capturado pela *dummy* $OCDE_{it}$ definida da mesma forma que na equação 2. Na estimação do modelo, são considerados efeitos fixos dos países invariantes no tempo.

$$IMP_{it} = \beta_0 + \beta_1 PRE_{it} + \beta_2 ABS_{it} + \beta_3 ABS_t + \gamma OCDE_{it} + \delta \cdot T + \theta_i + \varepsilon_{it}. \quad (3)$$

Em uma análise posterior, serão incluídas entre as variáveis independentes nos modelos para exportações e importações as variáveis de governança estudadas anteriormente, que de certa forma refletem o contexto institucional do país. Nesses modelos, serão criadas variáveis de interação entre a *dummy* $OCDE_{it_t}$ e as de governança. Dessa forma, será possível verificar se uma possível melhora no cenário institucional do país resultante da acessão à OCDE pode potencializar os efeitos sobre o comércio internacional.

Os dados sobre comércio foram obtidos na plataforma ComTrade e abrangem o período 2000-2018. O banco de dados identifica a parcela dos fluxos comerciais que se destinam à ou se originam na OCDE, bem como em outros países. Os dados sobre absorção dos países e do mundo foram obtidos no WDI, do Banco Mundial. No WDI, foram coletadas as informações sobre exportações a preços constantes e a preço correntes dos países da amostra, da OCDE e do mundo necessários para o cálculo dos preços relativos. As variáveis de governança foram extraídas do WGI, do Banco Mundial.

3.3.1 Análise dos resultados

Os resultados da estimação da equação 2 apresentados na tabela 5 mostram que os parâmetros das variáveis de preços relativos apresentam o sinal esperado e são estatisticamente significantes a 10%. As variáveis indicativas de tamanho de mercado (absorção) não explicam os fluxos de exportações para a OCDE, segundo os resultados encontrados nesse estudo. Países com elevada participação de *commodities* metálicas na composição das exportações, como é caso do Chile, exportam menos para a OCDE. No modelo 2, é acrescida a *dummy* indicativa dos países que entraram na OCDE recentemente. O parâmetro estimado não é estatisticamente significante, ou seja, não se pode afirmar que a acessão à OCDE aumentou as vendas para países da organização.

No modelo 3, a equação 2 é estimada considerando as exportações para o mundo. A variável de preço relativo apresenta o sinal esperado, indicando que as exportações para o mundo diminuem à medida que a relação entre preços locais e mundiais de produtos exportados aumenta. Nota-se a relevância das variáveis gravitacionais (absorção dos países exportadores e mundial). Países exportadores de *commodities* metálicas têm exportado menos para o mundo. Nos resultados da estimação do modelo 4, o parâmetro estimado para a *dummy* OCDE não é estatisticamente significante a 10%. Portanto, pode-se dizer que a acessão na organização não elevou as exportações dos países analisados.

4. Nas equações de comércio, é comum incluis os PIBs dos locais de origem e destino como variáveis independentes, sendo estas chamadas de variáveis gravitacionais. Nesse estudo, optou-se por utilizar a absorção doméstica nos países exportadores e importadores para reduzir as chances de endogeneidade, uma vez que o PIB do país depende também de suas exportações e importações.

TABELA 5
Resultados da estimação da equação 2

Variáveis	Modelos			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Preço relativo (país/OCDE)	-0,9873***	-0,9858***		
Preço relativo (OCDE/mundo)	6,3585***	6,5438***		
Absorção (OCDE)	0,6901	0,6961		
Absorção doméstica	0,2101	0,1926	0,5954**	0,5783**
Exportação de *commodities* metálicas	-0,2017***	-0,2027***	-0,2377**	-0,2384**
OCDE		-0,0594	-0,0603	-0,0603
Preços relativos (importados /preço doméstico)			-0,8882***	-0,8867***
Absorção (mundo)			2,0393***	2,0831***
Dummy de tempo	SIM	SIM	SIM	SIM
N	511	511	511	511
R2	0,7606	0,7609	0,8884	0,8886

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

De acordo com os resultados da tabela 6, uma melhoria nos indicadores de governança não tem efeitos sobre as exportações para países da OCDE. As variáveis resultantes da interação entre a *dummy* OCDE e as variáveis de governança indicam que os países recentemente incorporados na OCDE não elevam suas exportações diante de uma melhoria nos indicadores de governança considerados, uma vez que nenhum dos parâmetros estimados é estatisticamente significante. Dessa forma, uma eventual aproximação do contexto institucional dos países estudados com o da OCDE não gerou ganhos em termos de aumento de exportações para os países que ingressaram recentemente na organização.

TABELA 6
Resultados da estimação da equação 2 com exportações para OCDE incluindo as variáveis de governança

Variáveis	Modelos de acordo com variável de governança			
	Qualidade regulatória	Controle da corrupção	Estabilidade política	Estado de direito
Preço relativo (país/OCDE)	-1,0436***	-1,0335***	-1,0398***	-1,0396***
Preço relativo (OCDE/mundo)	6,7234***	6,4432***	6,3184***	6,4153***
Absorção (OCDE)	0,6621	0,7828	0,7001	0,721
Absorção doméstica	0,178	0,1635	0,2043	0,1842
Exportação de *commodities* metálicas	-0,1986***	-0,1964***	-0,1987***	-0,1984***
OECD*i x* qualidade regulatória	-0,0173			
Qualidade regulatória	0,1873			
OECD*i x* controle da corrupção		-0,0159		
Controle de corrupção		0,1677		
OECD*i x* estabilidade política			-0,0091	
Estabilidade política			-0,0213	
OECD*i x* Estado de direito				-0,0135
Estado de direito				0,0159
Dummy de tempo	SIM	SIM	SIM	SIM
N	486	486	486	486
r2	0,7437	0,7427	0,7412	0,7413

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

No modelo de importações originadas da OCDE (modelo 1), nota-se que os preços relativos são relevantes e sugerem que um aumento dos preços dos produtos importados, com relação aos produzidos domesticamente, gera redução nas importações. No mais, as importações originadas da OCDE têm como determinantes a absorção dos países importadores, indicando que países com maiores mercados importam mais também, e a absorção agregada dos países da própria organização, como está reportado na coluna do modelo 1 da tabela 7. Os parâmetros associados à entrada de IED, que poderia sinalizar uma maior produção local de produtos que os países importam, não são estatisticamente significantes. No modelo 2, foi incluída a *dummy* para entrada na OCDE e foi evidenciado que os países estudados não passaram a importar mais dos países da OCDE após a acessão. No modelo 3, as importações totais dos países da amostra também são sensíveis a mudanças no preço relativo. Foi evidenciado também o efeito nas importações ocasionado pelo tamanho das economias. Todavia, a partir dos resultados do modelo 4, não foi evidenciado um maior fluxo de importações em razão da acessão dos países na OCDE.

TABELA 7
Resultados da estimação da equação 3

Variáveis	Modelos			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Preços relativos (importados da OCDE/preço doméstico)	-0,8387***	-0,8304***		
Absorção (OCDE)	1,0781***	1,0221***		
Absorção doméstica	0,9995***	1,0146***	1,1529***	1,1402***
IED	-0,0123	-0,0113	-0,0041	-0,0049
OECD		0,0506		-0,0424
Preços relativos (importados/preço doméstico)			-0,8205***	-0,8280***
Absorção (mundo)			0,6650***	0,6932***
Dummy de tempo	SIM	SIM	SIM	SIM
N	483	483	483	483
r2	0,8595	0,8597	0,9295	0,9296

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

Assim como no modelo para exportações para a OCDE, no modelo para importações as variáveis de governança não se mostraram relevantes para explicar os fluxos de bens e serviços importados (tabela 8). Com relação às variáveis de interação, não foi evidenciado que as importações dos países que entraram recentemente na OCDE foram influenciadas por mudanças nas variáveis de governança.

TABELA 8
Resultados da estimação da equação 3 com as variáveis de governança

Variáveis	Modelos de acordo com variável de governança			
	Qualidade regulatória	Controle da corrupção	Estabilidade política	Estado de direito
Preço relativo (importados da OCDE/preço doméstico)	-0,9679***	-0,9267***	-0,9504**	-0,9256***
Absorção (OCDE)	0,9803***	1,0571***	0,9672**	1,0183***
Absorção doméstica	0,9884***	0,9709***	0,9860***	0,9626***
IED	-0,0042	-0,0006	-0,0007	-0,0046
OECD*i x* qualidade regulatória	0,0077			
Qualidade regulatória	0,1471			
OECD*i x* controle da corrupção		0,0089		
Controle de corrupção		0,1216		
OECD*i x* estabilidade política			0,0208	
Estabilidade política			0,0278	
OECD*i x* Estado de direito				0,0086

(Continua)

(Continuação)

Variáveis	Modelos de acordo com variável de governança			
	Qualidade regulatória	Controle da corrupção	Estabilidade política	Estado de direito
Estado de direito				0,204
Dummy de tempo	SIM	SIM	SIM	SIM
N	459	459	459	459
R2	0,8508	0,8503	0,8501	0,8517

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

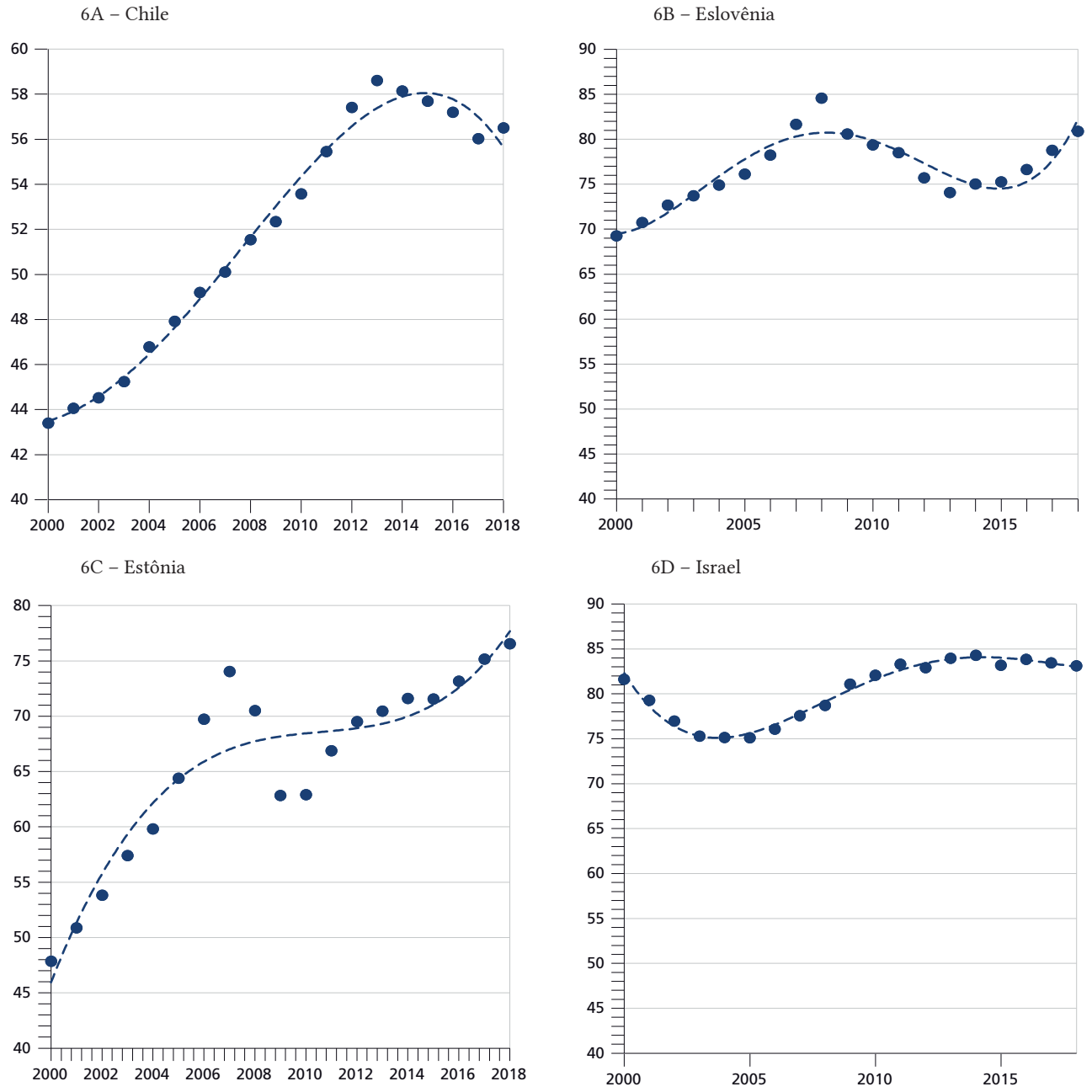
3.4 PIB *per capita*

A figura 6 apresenta a relação entre o PIB *per capita* dos países analisados e o da OCDE e suas respectivas tendências estimadas. Entre 2000 e 2010, o Chile experimentou taxas de crescimento real da renda superiores aos da OCDE, reduzindo a diferença entre os PIBs *per capita*. Porém, a partir do período da acessão, essa tendência muda de direção e as diferenças de renda voltam a aumentar. Os dados da Estônia e da Eslovênia contam uma história semelhante: um período de crescimento acima da média da OCDE até 2008-2009, uma posterior queda no crescimento econômico do país seguido de uma recuperação que perdura até o final da série de dados. Diferente dos demais países, Israel sempre teve PIB *per capita* próximo ao da OCDE, porém vinha apresentando taxas de crescimento inferiores à da OCDE até 2005. Nos anos posteriores, a economia de Israel passou a crescer a taxas mais elevadas aproximando seu PIB *per capita* do observado nos países-membros da organização.

FIGURA 6

Relação entre o PIB *per capita* real dos países analisados e o da OCDE

(Em %)



Fonte: WDI/World Bank. Disponível em: <https://bit.ly/36Gd7mr>.
Elaboração do autor.

A abordagem empírica utilizada nesse estudo para investigar possíveis efeitos da acessão à OCDE sobre o PIB *per capita* baseia-se no modelo teórico tradicional de crescimento econômico cuja principal predição é de que países menos desenvolvidos crescem mais rapidamente, resultando em uma convergência de renda entre países (Sala-I-Martin, 1996). Como base nessa teoria, estimando-se equação 4 espera-se capturar o efeito da entrada na OCDE sobre o crescimento econômico.

$$\ln\left(\frac{y_{it}}{y_{it-T}}\right) = \beta_0 + \beta_1 y_{it-T} + \beta_3 OCDE_{it} + \sum \beta_k X_{it} + \mu_i + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que, y_{it} é o PIB *per capita* do país *i* no ano *t*, y_{it-T} é o PIB *per capita* na data *t-T*, $OCDE_{it}$ é uma *dummy* que assume valor igual a 1 caso o país tenha entrado na OCDE no ano *t*, X_{it} representa um conjunto de variáveis que podem explicar o crescimento econômico, tais como a entrada de IED, abertura comercial, gastos do governo e a razão entre o estoque de capital físico e o indicador de capital humano.[5] Será testado também como as variáveis

5. Justificativas para inclusão dessas variáveis podem ser encontradas em Makiw, Romer e Weil (1992).

de governança afetam o crescimento econômico, incluindo-as como variáveis independentes na equação 4. O termo μ_i é um efeito fixo do país i invariante no tempo e ε_{it} é um termo estocástico.

Os dados de PIB *per capita* para estimar a equação 4 foram obtidas no WDI, do Banco Mundial. Nessa mesma base são obtidos dados sobre gasto público dos países (como percentual do PIB), dados sobre grau de abertura comercial, representado pela razão entre o total de comércio (M+X) e o PIB do país, e dados sobre a dotação de recursos naturais. Da *Penn World Tables* foi obtido o indicador de capital humano e estoque de capital. Dados sobre o ingresso de IED foram coletados na base da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês). Por fim, os indicadores de governança são aqueles da WGI, do Banco Mundial.

Os dados foram divididos em períodos de cinco anos, iniciando em 1990 e terminando em 2017.[6] A variável y_{it-T} representa o PIB *per capita* defasado em cinco anos. Então, a variável de crescimento econômico representa a taxa de crescimento do PIB *per capita* acumulada a cada cinco anos. Essa abordagem é preferível a uma análise anual, pois evita-se que variações cíclicas afetem os resultados da estimação (Islam, 1995). Nem todos os dados estão disponíveis a partir de 1992, como é o caso dos indicadores de governança, que estão disponíveis a partir de 1996. Em razão disso, o tamanho da amostra muda conforme novas variáveis são incluídas no modelo. Em uma versão inicial do modelo, em que são incluídas apenas o PIB defasado e a *dummy* OCDE, pode-se incorporar outros países que entraram na OCDE na década de 1990 e início dos anos 2000, como o México. A estimação da equação 1 será realizada utilizando técnicas de dados em painel com efeitos fixos, para levar em conta fatores invariantes no tempo que poderiam interferir nos resultados.

3.4.1 Análise dos resultados

Na versão mais básica da equação 4, a única variável é o PIB *per capita* defasado. O resultado encontrado para a estimação dessa versão do modelo confirma a hipótese de convergência de renda, uma vez que o sinal do parâmetro é negativo, indicando, portanto, que economias menores crescem mais rápido que os países de renda elevada (coluna modelo 1 da tabela 9). Como mostram os resultados do modelo 2, a inclusão da *dummy* de ingresso na OCDE não influencia esse resultado e mostra também que os países que foram aceitos na organização experimentaram maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* no período em questão. Todavia, no modelo 3, com inclusão de mais variáveis o efeito da OCDE no crescimento econômico deixa de ser estatisticamente significante. Nota-se que países com maior razão entre capital físico e estoque de capital humano (supostamente mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico), e que recebem mais IED, em termos do seu PIB, crescem mais do que os demais países. De acordo com as estimativas obtidas, o grau de abertura comercial e a taxa de poupança também têm efeito estatisticamente significantes sobre o crescimento do PIB *per capita*. Os resultados indicam ainda que países com elevada dotação de recursos naturais e elevada taxa de fertilidade estão crescendo a taxas menores. A variável sobre gasto público considerada no modelo não foi relevante para explicar a dinâmica de crescimento do PIB *per capita* nos países considerados.

6. O último período foi de dois anos (2015-2017).

TABELA 9

Resultados da estimação da equação 4

Variável	Modelos		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
PIB *t-5*	-0,1702***	-0,1724***	-0,2837***
OECD		0,0562**	0,0194
Gastos públicos			0,0118
Taxa de fertilidade			-0,1451***
IED			0,0165***
Comércio			0,0591**
Poupança			0,0370***
Razão capital físico/capital humano			0,0708***
Recursos naturais			-0,0193***
Constante	1,5218***	1,5385***	1,4367***
N	1144	1144	764
R2	0,0991	0,1002	0,3174

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

Como mostram os resultados apresentados na tabela 10, considerando agora as variáveis de governança, a entrada na OCDE tem efeito positivo sobre o crescimento econômico. Os demais valores das estimativas do modelo 3 não são alterados consideravelmente após a inclusão das variáveis de governança. Entre as dimensões de governança consideradas, percebe-se que países com melhor controle de corrupção, qualidade regulatória e bem ranqueadas na questão Estado de direito tendem a apresentar maiores taxas de crescimento, considerando um nível de significância de 10%. Não foi evidenciado que países com melhor posicionada no item estabilidade política, violência/terrorismo apresentam maiores taxas de crescimento econômico no período dessa análise.

TABELA 10
Resultados da estimação da equação 4 incluindo as variáveis de governança

Variáveis	Modelos			
	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
PIB t-5	-0,2662***	-0,2738***	-0,2687***	-0,2756***
OECD	0,0372*	0,0334*	0,0366*	0,0354*
Gastos públicos	-0,0134	-0,0308	-0,0216	-0,0193
Taxa de fertilidade	-0,2290***	-0,2213***	-0,2458***	-0,2490***
IED	0,0209**	0,0176**	0,0173**	0,0170**
Comércio	0,0552**	0,0576**	0,0588**	0,0666**
Poupança	0,0326**	0,0325**	0,0302**	0,0267**
Razão capital físico/capital humano	0,0522*	0,0656**	0,0523*	0,0499*
Recursos naturais	-0,0226***	-0,0189**	-0,0222***	-0,0190***
Estabilidade política	0,014			
Controle da corrupção		0,0681***		
Qualidade regulatória			0,0615**	
Estado de direito				0,0705***
Constante	1,6312***	1,3590***	1,4963***	1,5328***
N	594	594	594	594
R2	0.3195	0.3506	0.3363	0.3533

Elaboração do autor.
Obs.: * 10%; ** 5%; *** 1% de significância estatística.

4 CONCLUSÕES

Recentemente, o Brasil formalizou seu interesse em fazer parte da OCDE. Espera-se que a acessão do país possa ser um componente a mais no conjunto de políticas e reformas em andamento, pois sinaliza o compromisso do país com a adoção de políticas reconhecidamente exitosas na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar da população. Nesse estudo, estuda-se como o contexto econômico dos países que ingressaram na OCDE em 2010 (Chile, Estônia, Eslovênia e Israel) está relacionado à acessão à organização.

Todavia, uma análise descritiva de diversos indicadores revela diferenças econômicas e institucionais marcantes entre os países da América Latina que pretendem entrar na OCDE e os países da organização. Mesmo tendo aderido à OCDE há mais de 25 anos, o México se diferencia bastante dos países europeus. Da mesma forma, a Colômbia possui PIB *per capita* e indicadores de governança bastante abaixo dos patamares observados nos países da OCDE.

Segundos os indicadores de governança, na questão institucional, a OCDE está mais bem posicionada que os países não membros. Israel e Estônia apresentaram melhora em seus indicadores de governança após a entrada na OCDE e caminham para se igualarem à média da OCDE nesses quesitos, excetuando a dimensão estabilidade política violência/terrorismo em Israel. Eslovênia apresenta tendência diferente e, mesmo depois da acessão, teve uma piora relativa em alguns de seus indicadores de governança, se distanciando do contexto institucional observado na maior parte dos países da organização.

Na inspeção visual dos dados não foi possível identificar uma tendência clara de aumento no IED, comércio e crescimento do PIB *per capita* após a acessão à OCDE. Os estudos econométricos esclareceram esses pontos indicando que os países que entraram na organização tiveram aumento no IED *greenfield* e as variáveis institucionais desempenham algum papel nesses efeitos positivos. Não foram observados efeitos sobre o comércio internacional dos países recém-integrados e o contexto institucional se mostrou irrelevante para explicar os fluxos comerciais, contrariando resultados encontrados anteriormente na literatura. A ausência de correlação entre acesso à OCDE e aumento do comércio pode estar relacionada ao fato de que este acesso não implica redução de tarifas que influenciariam os preços relativos que governam a dinâmica de comércio internacional. Ademais, a acessão não implica necessariamente a extinção de quotas e de outras importantes restrições ao comércio. Por fim, foi evidenciada, ao menos, uma correlação

entre a acessão à OCDE e o crescimento do PIB *per capita*, assim como um melhor ambiente regulatório e jurídico favorecem o crescimento econômico.

Portanto, os números apresentados sinalizam que a OCDE concentra, sim, países de renda elevada, mas está aberta para a entrada de países menos desenvolvidos, como os da América Latina, que supostamente compartilham dos valores fundamentais da organização. Esses países podem se beneficiar bastante da aproximação institucional, através do compromisso de adotar políticas com grande potencial de aprimorar componentes importantes da sociedade, como o sistema educacional e a estrutura normativa de regulação da atividade econômica, quando for necessário regular, e o combate a corrupção. Segundo os resultados encontrados, tais mudanças têm o potencial de atrair investimentos externos e contribuir para o desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

BÉNASSY-QUÉRÉ, A.; COUPET, M.; MAYER, T. Institutional determinants of foreign direct investment, **World economy**, v. 30, n. 5, p. 764-782, 2007.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **O Brasil na OCDE**: um caminho natural. Brasília: CNI, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IB5zPL>.

DAVIS, C. L. **More than just a rich country club**: membership conditionality and institutional reform in the OECD. Princeton: Princeton University, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3hg1295>.

DE GROOT, H. L. F.; LINDERS, G.-J. M.; RIETVELD, P. Institutions, governance and international trade: opening the black box of OECD and GDP per capita effects in gravity equations. **IATSS research**, v. 29, n. 2, p. 22-29, 2005.

DREHER, A.; VOIGT, S. Does membership in international organizations increase governments' credibility? Testing the effects of delegating powers. **Journal of Comparative Economics**, v. 39, n. 3, p. 326-348, 2011.

FOURNIER, J. The negative effect of regulatory divergence on foreign direct investment. **OECDiLibrary**, Paris, n. 1268, 2015.

ISLAM, N. Growth empirics: a panel data approach. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 110, n. 4, p. 1127-1170, 1995.

MANKIW G.; ROMER D.; WEIL D. A Contribution to the empirics of economic growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 107, n. 2, p. 404-437, 1992.

MISTURA, F.; ROULET, C. The determinants of Foreign Direct Investment. **OECDiLibrary**, 2019.

MORANDÉ, F. J.; DÍAZ, D. Chile en el club de los países desarrollados: beneficios, oportunidades y desafíos del ingreso a la OCDE. *In*: CHEYRE, J. E.; TRAMÓN, J. M.; O.; GARCÍA, N. R. (Coord.). **Chile en el club de los países desarrollados**. Santiago: Pontificia Universidad Católica do Chile, 2010.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD council resolution on enlargement and enhanced engagement**. Paris: OCDE, 2007a. Disponível em: <https://bit.ly/3M2hBDz>

_____. **Roadmap for the accession of Chile to the OECD convention.** Paris: OCDE, 2007b. Disponível em: <https://bit.ly/3IodsrB>.

_____. **Discover the OECD**. Paris: OCDE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tPeuI6>.

ROSE, A. Which international institutions promote international trade? **Review of International Economics**, v. 13, n. 4, p. 682-698, 2005.

SALA-I-MARTIN, X. X. The classical approach to convergence analysis. **The economic journal**, p. 1019-1036, 1996.

SANTOS SILVA, J. M. C.; TENREYRO, S. The log of gravity. **The Review of Economics and statistics**, v. 88, n. 4, p. 641-658, 2006.

THORSTENSEN, V. H.; GULLO, M. F. **O Brasil na OCDE**: membro pleno ou mero espectador? Sao Paulo: FGV-EESP, 2018. (Working Paper, n. 479).

VOIGT, S.; GUTMANN, J. Turning cheap talk into economic growth: on the relationship between property rights and judicial independence. **Journal of Comparative Economics**, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2013.

VOIGT, S.; GUTMANN, J.; FELD, L. P. Economic growth and judicial independence, a dozen years on: cross-country evidence using an updated set of indicators. **European Journal of Political Economy**, v. 38, p. 197-211, 2015.

YOTOV, Y. V. *et al.* **An advanced guide to trade policy analysis**: the structural gravity model. Geneva: WTO, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRO, R. J. Economic growth in a cross section of countries. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 106, n. 2, p. 407-43, 1991.

_____. Convergence and modernisation. **The Economic Journal**, v. 125, n. 585, p. 911-942, 2015.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial
Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Chefia
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Revisão
Alice Souza Lopes
Amanda Ramos Marques
Ana Clara Escórcio Xavier
Clícia Silveira Rodrigues
Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Reginaldo da Silva Domingos
Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)
Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração
Anderson Silva Reis
Cristiano Ferreira de Araújo
Danielle de Oliveira Ayres
Danilo Leite de Macedo Tavares
Leonardo Hideki Higa

Capa
Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico
Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Composto em linux libertine 10/13 (texto)
Ubuntu bold (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MINISTÉRIO DA ECONOMIA